



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27920 - DF (2021/0218120-7)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
IMPETRANTE : RICARDO LUIZ XAVIER MOREIRA
IMPETRANTE : KATIA REGINA DOMINGAS MOREIRA
IMPETRANTE : EXPEDITO XAVIER MOREIRA JUNIOR
IMPETRANTE : CLEICE APARECIDA DOMINGAS TRISTAO
IMPETRANTE : PATRICIA KELLY DOMINGAS MOREIRA
ADVOGADOS : JACKSON VIANA - MG113998
 YGOR MAXWELL BARRETO MALHEIROS VIANNA -
 MG155978
 MARIA JOSE ALVES BAIA - MG201665
IMPETRADO : MINISTRO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS
 HUMANOS
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por RICARDO LUIZ XAVIER MOREIRA, KATIA REGINA DOMINGAS MOREIRA, EXPEDITO XAVIER MOREIRA JUNIOR, CLEICE APARECIDA DOMINGAS TRISTAO, PATRICIA KELLY DOMINGAS MOREIRA contra ato praticado pela MINISTRA DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, que editou portaria não reconhecendo a condição de anistiado político do genitor dos impetrantes.

Alegam os impetrantes que "ao contrário do ato administrativo que declarou a condição de anistiado político do falecido genitor dos Impetrantes, o ato administrativo que o anulou é claramente ilegal, e não deve ser permitido que produza efeitos jurídicos, por ser nulo de pleno direito".

Requer o "a concessão de seu pedido de Tutela de Urgência, inaudita altera pars, para que seja declarado suspenso o ato administrativo combatido, bem como todos seus efeitos, para que até o fim do julgamento do *mandamus* mantenha a condição de anistiado político do falecido genitor dos Impetrantes, com todos os seus direitos até o julgamento final do presente Mandado de Segurança".

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a

satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. O impetrante não comprovou o risco de dano irreparável.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar – mantenha a condição de anistiado político do falecido genitor dos Impetrantes, com todos os seus direitos até o julgamento final do presente Mandado de Segurança – confunde-se com o próprio mérito da impetração, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, *caput*, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente